

JEANE ALMEIDA COSTA PINTO

**O ESTÁGIO UNIVERSITÁRIO REMUNERADO E A
QUESTÃO DA PRECARIZAÇÃO. ANÁLISE DA SITUAÇÃO
DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA DA UFBA NOS ANOS
DE 2004 E 2005**

SALVADOR
2005

JEANE ALMEIDA COSTA PINTO

**O ESTÁGIO UNIVERSITÁRIO REMUNERADO E A
QUESTÃO DA PRECARIZAÇÃO. ANÁLISE DA SITUAÇÃO
DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA DA UFBA NOS ANOS
DE 2004 E 2005**

Monografia apresentada no curso de graduação
de Ciências Econômicas da Universidade
Federal da Bahia como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco

SALVADOR
2005

Pinto, Jeane Almeida Costa
P659 O estágio universitário remunerado e a questão da precarização. Análise da situação dos estudantes de economia da UFBA nos anos de 2004 e 2005 / Jeane Almeida Costa Pinto. Salvador – J.A.C. Pinto , 2005.
58p. tab. graf.
Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – UFBA
Professor Orientador: Profº Dr. Paulo Balanco
1. Mercado de Trabalho. 2.Precarização 3. Estágio universitário

CDD 331.120

JEANE ALMEIDA COSTA PINTO

O ESTÁGIO UNIVERSITÁRIO REMUNERADO E A QUESTÃO
DA PRECARIZAÇÃO. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS
ESTUDANTES DE ECONOMIA DA UFBA NOS ANOS DE 2004
E 2005

Aprovada em dezembro de 2005.

Orientador: _____
Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco
Faculdade de Economia da UFBA

Lielson Coelho
Prof. Dr. da Faculdade de Economia da UFBA

Wilson F. Menezes
Prof. Dr. da Faculdade de Economia da UFBA

AGRADECIMENTOS

A sabedoria é uma riqueza que não é virtude de todos, por isso devemos utilizá-la da melhor forma possível quando a possuímos. Agradeço a Deus por ter me dado um pouco dessa riqueza com a qual eu pude concluir esse trabalho tão importante para a minha formação. Agradeço ao meu orientador, Professor Paulo Balanco, pela paciência e atenção, que pude contar sempre, e pelo seu conhecimento que tanto contribuiu para a realização desse trabalho. Agradeço, também, ao Professor Lielson Coelho que me deu sugestões de grande valor me ajudando a findar esse trabalho monográfico que para mim foi tão satisfatório. E por fim fico muito grata aos colegas que me ajudaram respondendo ao questionário, por mim passado, que foi a base mais importante do meu trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as grandes mudanças ocorridas no mercado de trabalho decorrentes das transformações recentes do capitalismo, entre elas, a reestruturação produtiva, a globalização e o neoliberalismo. Estas incidem sobre a produtividade, a competitividade e o lucro, os quais, visando sua expansão, provocam a flexibilização das relações de trabalho. Como consequência, tem ocorrido uma crescente precarização do mercado de trabalho. É neste escopo que será inserido o objeto de estudo desta monografia, o estágio estudantil, que se insere também neste ambiente de precarização. Para as empresas o estágio universitário, utilizado em condições precárias, é fator de redução de custos com o fator trabalho. Assim, procura-se esclarecer qual o significado do estágio e como ele pode contribuir para a qualificação do estudante quando se tornar um profissional, comparado com a realidade enfrentada pelos estudantes nas empresas. Em particular estuda-se a situação dos estudantes da Faculdade de Economia da UFBA nos anos de 2004 e 2005.

Palavras-chave: 1. Globalização 2. Neoliberalismo 3. Reestruturação Produtiva 4. Flexibilização 5. Precarização 6. O Jovem no mercado de trabalho 7. Estágio Universitário

SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
RMS	Região Metropolitana de Salvador
IOB	Informações Objetivas – 40/93
IES	Instituições de Ensino Superior
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
PEA	População Economicamente Ativa
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	AS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO CAPITALISMO	11
2.1	INTRODUÇÃO	11
2.2	NEOLIBERALISMO	12
2.3	GLOBALIZAÇÃO	17
2.4	REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	19
2.4.1	Flexibilização das relações de trabalho	22
2.4.2	Precarização do trabalho	24
2.5	ASSIMETRIA ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO.	26
3	O JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO	28
3.1	INTRODUÇÃO	28
3.2	A SITUAÇÃO DO SEGMENTO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO	28
4	ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA ESTAGIÁRIA: A SITUAÇÃO DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA DA UFBA	33
4.1	INTRODUÇÃO	33
4.2	O ESTÁGIO E O SEU SIGNIFICADO	33
4.3	ANÁLISE DOS DADOS	35
5	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS	48
	APÊNDICE – Questionário	51
	ANEXO – Legislação do Estágio	52

1 INTRODUÇÃO

As exigências das profissões no mundo atual obrigam os estudantes a possuírem em sua grade curricular atividades que aliem a teoria à prática. Este estudo tem como propósito investigar a atividade de estágio praticada pelos estudantes da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia.

Sabe-se que o estágio é regulado por Legislação própria, sendo completamente desvinculado da CLT. Segundo esta Legislação, o estágio é um processo que visa capacitar futuros profissionais, integrando a formação acadêmica à experiência prática, inserindo os jovens ao mercado de trabalho. O contrato do estágio é um termo de compromisso celebrado entre o estudante e a empresa com a interveniência da instituição de ensino. Não existe nenhum vínculo empregatício, e a instituição de ensino pode recorrer aos serviços de agentes de integração. Esses agentes são instituições credenciadas que ajudam os alunos na busca por estágios e os encaminham às empresas através de convênios. Os agentes de integração, a exemplo, no estado a Bahia, do IEL e do CIEE, através da sua intermediação, proporcionam um vínculo maior entre a universidade e o mercado de trabalho.

Será estudada, nesta monografia, a utilização de estudantes de Economia da UFBA como estagiários nos anos de 2004 e 2005. O estágio será introduzido no contexto das transformações do mercado de trabalho brasileiro e da precarização do trabalho, pois sua aplicação tem causado polêmica devido ao fato de ser comum encontrar empresas que solicitam estagiários para trabalharem por uma carga horária elevada e pelo fato da atividade a ser cumprida apresentar pouca ou nenhuma relação com o curso. Isso faz com que a concepção original do estágio venha sendo desvirtuada.

Em virtude das transformações no mercado de trabalho, devido, principalmente, à reestruturação produtiva - que tem como objetivos o crescimento da produtividade, a melhoria da competitividade e a flexibilização do trabalho - as empresas vivem numa incessante busca pela redução de custos. Isso vem levando a uma intensa e crescente precarização do mercado de trabalho.

Pode ser verificado que, em função dessa redução de custos, as empresas, entre outras iniciativas, vêm substituindo o trabalhador com contrato formal, carteira assinada, por estagiários universitários que cumprem a mesma carga horária e recebem bolsa auxílio, que tem um menor valor do que os salários pagos aos funcionários contratados, além de obter uma mão-de-obra qualificada sem custos adicionais com encargos sociais. Percebe-se, em virtude disto, que as empresas utilizam essa mão-de-obra com um grau de exploração mais intenso.

Será aqui discutida a situação do estágio universitário remunerado em economia nos anos de 2004 e 2005, analisando a sua qualidade e a compatibilidade do mesmo com a chamada precarização do trabalho. Procurar-se-á confirmar, então, se o uso desses estágios visa, realmente, a exploração com a finalidade de reduzir custos em meio ao panorama de competitividade entre as empresas e a busca incessante pela expansão da lucratividade, observando o quanto isso é prejudicial para a formação do estudante. Ou seja, deseja-se saber até que ponto o estágio tornou-se um trabalho precário, não sendo utilizado da forma que estabelece a legislação, isto é, com qualidade, integrando a formação acadêmica à experiência prática na formação adequada do estudante.

O segundo capítulo refere-se a uma análise dos três movimentos do capitalismo, que são: a globalização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, que causaram transformações muito importantes no Brasil e no mundo, introduzindo a precarização e flexibilização das relações de trabalho como consequência dessas transformações. Logo depois vem um breve comentário a respeito da existência de uma assimetria na relação entre o capital e o trabalho.

No terceiro capítulo será analisado o mercado de trabalho do jovem da RMS, explicando a preferência das empresas de alguns setores por essa mão-de-obra, sem vínculo empregatício, em função da redução dos custos. Será exposto, também, o significado do estágio, o que ele representa e como pode contribuir para o crescimento do estudante. E por fim, esse capítulo mostrará a análise da pesquisa feita com alguns estudantes da Faculdade de Economia da UFBA, buscando avaliar a qualidade dos estágios praticados por eles.

O último capítulo exporá as considerações finais do trabalho. Trará comentários sobre as conclusões tiradas a partir das pesquisas feitas e mostrará sugestões para futuros trabalhos que tenham o estágio como objeto central.

Este assunto me chama atenção desde que comecei a estudar economia na UFBA, pois, na busca por estágios, sempre me deparei com grandes dificuldades como: encontrar estágios onde a atividade a ser realizada fosse condizente com o curso e que a carga horária não atrapalhasse os estudos, pois encontrava muitos estágios que exigiam horário integral. Além disso, hoje em dia, a indicação é um fator muito importante na busca de qualquer trabalho.

2 AS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO CAPITALISMO

2.1 INTRODUÇÃO

Os processos de reestruturação, que se iniciaram nos anos 70, e de globalização, que começou a tomar força nos anos 80, surgiram nas grandes potências como resposta à crise do fordismo. E o neoliberalismo, que chegou ao poder, primeiramente, na Inglaterra e EUA, no final dos anos 1970 e início da década de 1980, respectivamente, veio para dar sustentação e orientação política a esses processos.

A reestruturação produtiva é um movimento de caráter estrutural do capitalismo que reorganiza a produção e o trabalho visando o aumento da produtividade, da competitividade e da lucratividade, e provoca a flexibilização das relações de trabalho. Na ótica do processo de trabalho, ela representa a introdução de novas tecnologias e novas formas de gestão e organização.

Com referência aos novos métodos de gestão, a flexibilidade busca a economia de todos os elementos de produção e eliminação dos desperdícios e exige que a presença do Estado seja minimizada na mediação entre o capital e o trabalho. Isso faz com que o mercado e as estratégias empresariais imponham as suas condições, resultando numa intensa competitividade entre os setores e empresas. É a constante busca pela redução de custos e aumento da eficiência através da racionalização dos processos de trabalho. A força de trabalho passa a ser mais flexível e qualificada.

No Brasil, a reestruturação produtiva teve início na segunda metade da década de 80 e teve continuidade nos anos 90 com a abertura da economia pelo governo Collor. No entanto, com a política de estabilização representada pelo Plano Real e com a introdução de medidas de facilitação das importações, esse processo foi acelerado. As empresas tiveram que se transformar rapidamente em função da intensa e crescente competição que aflorava.

As políticas neoliberais têm por objetivo principal a substituição do Estado pela livre concorrência dos mercados, sobretudo, os mercados de trabalho e o financeiro. Podemos

dizer que elas se consolidaram, realmente, no Brasil, a partir do governo de FHC com a abertura comercial e financeira da economia.

A globalização, que enquanto termo conceitual significa, a princípio, uma criação ideológica do neoliberalismo, é impulsionada pela reestruturação produtiva. Representa, também, uma política de caráter estrutural, e é responsável pela criação de uma acirrada competição intercapitalista. Nesse sentido, as empresas buscam, incessantemente, a inovação para manter-se no mercado.

No plano social, os resultados mais visíveis dessa fase histórica do capitalismo são: a globalização do desemprego, a globalização da exclusão social e a globalização de formas precárias de trabalho e de precarização da vida. (DRUCK, 1996, p.31)

Assim, se esses dois movimentos estruturais – a globalização e a reestruturação produtiva – estabelecem as condições materiais e objetivas dessa fase do capitalismo... o neoliberalismo oferece as condições subjetivas necessárias para realizar de forma plena o entrelaçamento e a articulação entre os três movimentos. (DRUCK, 1996, p. 32)

Iremos, a partir de agora, analisar, de forma pormenorizada e separadamente, esses processos que transformaram o mundo e afetaram de forma decisiva o mercado de trabalho. O mesmo será efetuado a respeito dos conceitos de flexibilização e a precarização das relações de trabalho, os quais são muitas vezes confundidos. Um outro fator muito importante que vale a pena ressaltar, e será exposto mais abaixo, é a assimetria existente entre o capital e o trabalho, com prejuízo evidente para o lado mais fraco que é o do trabalhador.

2.2 NEOLIBERALISMO

O Neoliberalismo surgiu após a II^o Grande Guerra na Europa e América do Norte, regiões onde predominava o capitalismo. Foi um ataque contra a suposta ameaça à liberdade provocada por um Estado Intervencionista e de bem-estar. Tratou-se de uma denuncia teórica, política e econômica, onde o Estado não deveria, de forma nenhuma, limitar os mecanismos de mercado. Ele deveria transferir ao setor privado algumas atividades produtivas, ficando a cargo do mercado certas atividades regulatórias. Este discurso tem o objetivo de mostrar que desta forma o Estado teria condições de se dedicar melhor ao setor social. Privatizar empresas estatais e serviços públicos e

“desregulamentar”, isto é, diminuir a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados.

... combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro... o novo igualitarismo deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e vitalidade da concorrência da qual dependia a prosperidade de todos... (ANDERSON, 1995, p. 1)

Em 1973 veio a crise do modelo econômico do pós-guerra, onde o mundo capitalista avançado mergulhou numa grande recessão. As taxas de crescimento econômico declinaram enquanto os níveis de preços passaram a experimentar movimentos altistas. Nesse momento o neoliberalismo começou a ganhar espaço.

Perry Anderson explicita que Hayek considerava o movimento operário o maior culpado desta crise, dizendo que suas reivindicações sobre salários e pressões para que o Estado aumentasse, cada vez mais, os gastos sociais, haviam corroído as bases da acumulação capitalista. Hayek afirmava, também, que a democracia não era um valor do neoliberalismo. Ele dizia que a liberdade e a democracia podiam chocar-se caso a democracia resolvesse interferir nos direitos dos agentes econômicos de dispor da sua renda e propriedade da forma que desejasse.

Esses fatores foram destruindo o lucro das empresas e provocando inflações causadoras de uma crise generalizada das economias de mercado. Era necessário, então, manter um Estado forte para romper o poder dos sindicatos.

A meta desses governos era a estabilidade monetária; para isso era necessário conter gastos com o bem-estar, introduzir reformas fiscais e reintroduzir a taxa “natural” de desemprego para quebrar os sindicatos. Isso provocaria uma grande desigualdade social.

Em 1979, quando na Inglaterra foi eleito o governo Thatcher, surgiu o primeiro regime de um país capitalista avançado empenhado em por em prática o programa neoliberal.

... o modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros,

baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente... se lançaram num amplo programa de privatização... Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado. (ANDERSON, 1995, p. 2 e 3)

Logo depois vieram os governos Reagan nos EUA, Kohl na Alemanha e Schluter na Dinamarca. Em seguida quase todos os países do norte e da Europa Central também viraram à direita. Nos anos 80 foi observado o triunfo da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado.

A prioridade neoliberal nos EUA correspondia à competição militar com a União Soviética visando derrubá-la. Anderson (1995, p. 2) descreve: “O ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós guerra”.

Entretanto, na política interna, impostos foram reduzidos a favor dos ricos. Porém, a corrida armamentista envolveu grandes gastos militares criando um enorme déficit público. Mas, diante da sua poderosa economia perante o mundo, os EUA puderam ofertar esse déficit massivo na sua balança de pagamentos.

Na Europa a prática do neoliberalismo foi mais cautelosa, mantendo a ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, mais do que em grandes cortes nos gastos sociais ou combate aos sindicatos. Contudo, havia grande distância entre as políticas da social-democracia de governos anteriores a estas.

Na Europa ocidental o movimento sindical foi derrotado, implicando, nos anos 80, em contenção nos salários e em uma grande queda na quantidade de greves. Esse sindicalismo mais moderado provocou, então, o crescimento das taxas de desemprego em consonância com o conceito de eficiência pregado pelo neoliberalismo.

O neoliberalismo tinha como objetivos a deflação e a recuperação dos lucros. Esses fatores eram imprescindíveis para a reanimação do capitalismo avançado e a restauração das altas taxas de crescimento estáveis que existiam antes dos anos 70.

A sua principal meta, que era deter a grande inflação dos anos 70, foi alcançada, gerando, então, a recuperação dos lucros. Entretanto, essas novas condições institucionais não geraram o objetivo maior, que era o crescimento econômico.

Cabe perguntar porque a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação dos investimentos. Essencialmente, pode-se dizer, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. (ANDERSON, 1995, p. 5)

Em virtude do aumento do desemprego aumentaram os gastos sociais com essa parte da população fora do mercado de trabalho. Com isso o peso do Estado de bem-estar não diminuiu como deveria.

Em 1991, quando o capitalismo avançado entrou, novamente, numa grande recessão, com uma imensa dívida pública, principalmente, nos EUA e Inglaterra, era de se esperar uma reação contra o neoliberalismo. Entretanto, isso não aconteceu, e ele continuou a mostrar grande vitalidade. Isso se deveu a vitória do neoliberalismo na Europa Oriental contra o comunismo.

Estas lideranças políticas preconizam e realizam privatizações muito mais amplas e rápidas do que haviam sido feitas no Ocidente. Para sanear suas economias, aceitam quedas de produção infinitamente mais drásticas do que haviam sido aceitas no Ocidente. E promovem graus de desigualdade – sobretudo de empobrecimento da maior parte da população – muito mais brutais do que tínhamos visto nos países do ocidente. Não há neoliberais mais intransigentes no mundo do que os “reformadores” do Leste. (ANDERSON, 1995, p. 6)

O dinamismo continuado do neoliberalismo como força ideológica em escala mundial está sustentado em grande parte, hoje, por este “efeito de demonstração” do mundo pós-soviético. Os neoliberais podem gabar-se de estar a frente de uma transformação sócio-econômica gigantesca, que vai perdurar por décadas. (ANDERSON, 1995, p. 6)

A América Latina é considerada o terceiro grande lugar de experimentações neoliberais. As suas privatizações massivas iniciaram-se após os países da OCDE e da antiga União Soviética.

Segundo Perry Anderson, durante o mandato de Sarney, o problema no Brasil não era uma taxa de inflação muito alta, como muitos acreditavam, e sim uma taxa de inflação muito baixa, pois segundo Sarney (Apud Anderson, 1995): “Precisamos de uma hiperinflação aqui, para condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica que falta neste país.”

Perry Anderson também fala que nos últimos 20 anos a região do capitalismo que alcançou maior êxito foi a do extremo oriente, que é também a menos neoliberal, composta pelo Japão, Coréia, Formosa, Cingapura e Malásia.

Por fim, pode-se dizer que economicamente o neoliberalismo não obteve êxito, já que o capitalismo avançado não conseguiu a revitalização desejada. Socialmente, vários objetivos foram alcançados como a criação de sociedades desiguais. Ideologicamente e politicamente disseminou-se a idéia de que ele veio para ficar e que todos deveriam se adaptar.

Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo a sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. (ANDERSON, 1995, p. 8)

2.3 GLOBALIZAÇÃO

A globalização é marcada por uma série de transformações ligadas ao avanço da tecnologia, novos padrões de consumo, comercialização e produção. Institucionalmente existe um enfraquecimento das instâncias reguladoras associado ao crescimento de interesses e poder de grupos transnacionais. Há uma pressão para a redução dos entraves à livre circulação e a flexibilização dos mercados.

Globalização é a intensificação e generalização da livre movimentação internacional de pessoas, capitais, bens, serviços e informações... a ampliação de horizontes territoriais e comerciais, à busca de novas terras, gentes e seus produtos. (LUCIDI; CORRÊA, 2005, p. 1)

Podemos caracterizar a globalização como o deslocamento espacial das etapas do processo produtivo, onde o desenvolvimento tecnológico, nas áreas como informática e telemática, facilita o deslocamento espacial dessas fases de produção, reduzindo tempo e espaço para a comercialização.

A globalização está associada a uma aceleração do tempo. Tudo muda mais rapidamente. E os deslocamentos também se tornaram rápidos e o espaço mundial ficou mais integrado. (LUCIDI; CORRÊA, 2005, p. 5)

Estamos tratando de um processo irreversível em que há a expansão dos mercados e a diminuição das fronteiras nacionais.

As barreiras comerciais entre os países começaram a cair no final da década de 70, pois foi iniciada a diminuição ou até a eliminação de impostos sobre importações, o fortalecimento dos grupos internacionais e o incentivo dos governos à instalação de multinacionais em seu território. A abertura da economia brasileira iniciou-se somente nos anos 90.

A globalização sempre vem acompanhada pela tecnologia e os progressos tecnológicos na informação, comunicação e transportes, que encurtam distâncias, sempre a beneficiaram.

O processo de globalização requer muitos efeitos, e um de suma importância é a exigência de eficiência, eficácia e efetividade com qualidade em todos os setores. A

regra é o crescimento do prestígio da educação, do treinamento para o trabalho e da ciência e tecnologia. Existe a grande necessidade de uma educação continuada e de muita competência. A educação e qualificação profissional devem receber um tratamento prioritário, já que há forte influência na produtividade da mão-de-obra.

No mundo globalizado os países devem correr atrás do desenvolvimento, pois há uma forte interação entre eles e nessa disputa só fica quem dispõe de dinamismo e poderio econômico e tecnológico. Passou-se, então, nas últimas décadas, a explicar o poderio e a riqueza dos países como consequência do sucesso no aperfeiçoamento dos seus setores de educação, ciência e tecnologia.

As grandes mudanças nos conhecimentos associadas à transformação das habilidades e competências e a transferência maciça do homem para a máquina, fizeram com que a educação precisasse ser extremamente adaptativa, transformando-se num processo contínuo e permanente, de boa qualidade e a disposição de todos. Essa é a chamada educação continuada, capaz de manter o homem atualizado.

Diante desta realidade, os encargos do setor educacional se tornaram maiores. A força de trabalho requer níveis médios muito mais elevados de qualificação. O aprofundamento da escolaridade e a educação continuada são imprescindíveis para a flexibilização capaz de atender as novas exigências do mercado de trabalho. Somente o aperfeiçoamento do estudo, pesquisa e planejamento da mão-de-obra unidos a bons sistemas de informação poderão ser capazes de atender a essas novas demandas de trabalho.

Todos os países, então, devem investir rigorosamente em ciência e tecnologia. Assim como, deve existir uma reformulação administrativa e estrutural em todos os sistemas ligados a área do conhecimento, colocando-os de acordo com as tendências mais modernas. Os países que desejam um desenvolvimento autônomo devem obter cientistas e instituições com qualidade científica.

No Brasil existe certa capacidade científica, porém ainda é baixo o nível de inovação das empresas, pois elas empregam um pequeno número de cientistas, engenheiros e doutores em pesquisa e desenvolvimento. O importante, sobretudo, é fazer com que o

conhecimento seja revertido em inovações tecnológicas o mais rápido possível, mudando assim, o modo de produzir.

A situação angustiante do mercado de trabalho no Brasil decorre da estagnação econômica, das deficiências educacionais de nossa população e do reduzido esforço nacional em ciência e tecnologia... Não há desperdício mais lamentável para um país do que a perda de inteligências frustradas em seu pleno aproveitamento pelas insuficiências do sistema educacional, incapaz de utilizar plenamente os recursos humanos disponíveis. (LUCIDI; CORRÊA, 2005, p. 6)

Entretanto, a globalização proporciona grandes efeitos negativos sobre o mercado de trabalho como a destruição em massa de postos de trabalho e a exigência de maior escolaridade e qualificação profissional para exercer a mesma função. Existe, também, o surgimento de novas profissões e o desaparecimento de outras.

A globalização, ao expor os setores produtivos à competição internacional, favorece as tecnologias poupadoras de mão-de-obra, que permitem a redução de custos e maior competitividade. (LUCIDI; CORRÊA, 2005, p. 4)

O acirramento da concorrência amplia a eficiência na queda dos preços, cresce a qualidade dos produtos e estimula o desenvolvimento tecnológico. Entretanto, há uma forte exclusão social, como pode ser visto:

Pra reduzir custos e poder baixar os preços, as empresas tiveram de aprender a produzir mais com menos gente. Incorporaram novas tecnologias e máquinas e o trabalho perdeu espaço. (LUCIDI; CORRÊA, 2005, p. 5)

Pode-se dizer que a globalização é exploratória, pois os países desenvolvidos utilizam-se dos emergentes e subdesenvolvidos para o seu próprio desenvolvimento, existindo, cada vez mais, uma grande distância e dependência tecnológica entre os países desenvolvidos e periféricos.

2.4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

O mundo vêm sendo marcados por uma mudança, principalmente, do início da década de 90. A essa transformação dá-se o nome de reestruturação produtiva e está associada a inserção dos países na dinâmica da globalização. Trata-se de um movimento de reorganização dos meios de produção a partir da maior utilização de tecnologias,

flexibilização e exploração da força do trabalho, além de um reordenamento na dinâmica espacial e territorial do trabalho.

O ajuste estrutural implementado para a articulação do Brasil ao processo de globalização vem gerando grandes transformações no sistema, que são:

a) baixos níveis de crescimento econômico; b) uma deterioração das condições de trabalho e renda da maioria da população; c) uma acentuação das desigualdades sociais e espaciais; e d) uma reorientação profunda e regressiva das políticas e do sistema de proteção social. (CARVALHO, 2001, p. 123)

Este ajuste estrutural está relacionado a um programa de estabilização, a uma rápida e intensa abertura econômica, a um programa de privatizações, a uma ênfase aos mecanismos de mercado e a uma reformulação do papel do Estado.

Essas mudanças restringiram as oportunidades de acesso ao trabalho e a proteção social, iniciando, assim, um aumento da vulnerabilidade, insegurança e desigualdade e, como consequência, o crescimento da desocupação e a multiplicação da precarização do trabalho.

Começa, no Brasil, uma distribuição regressiva de renda e contenção dos salários, além de deixar à margem uma parte significativa de força de trabalho.

As mudanças derivadas do ajuste econômico e de uma reestruturação produtiva relacionadas à inserção passiva e subordinada do Brasil na economia globalizada, fizeram o quadro social do país se agravar nos anos 90.

Todas essas mudanças são consequências diretas tanto de transformações estruturais do capitalismo como do modelo de gestão da economia brasileira adotado a partir de 1990, o qual, incluindo uma súbita abertura da economia, forçou uma drástica reestruturação produtiva, com a adoção de novos modelos de produção “enxutos”, de novas tecnologias e de novas estratégias empresariais. (BORGES, 2000, p. 93)

A competitividade, a atração de capital e investimentos externos e a reconfiguração do seu desenvolvimento não chegaram ao país da forma adequada, pois deveriam existir medidas que minimizassem os impactos das transformações ocorridas compatibilizando-as a uma maior integração social e estímulos a uma modernização da

produção nacional que provocasse a elevação da produtividade e capacidade de competição.

O Brasil cresceu muito pouco na década de 90, como mostra a tabela 1, devido a fatores como: a desaceleração da produção, o aumento das dívidas interna e externa, baixos níveis de investimento, dependência dos mercados financeiros e vulnerabilidade aos ataques especulativos. Além desses fatores houve, nesta mesma década, uma grande destruição dos postos de trabalho, principalmente no setor industrial devido à queda dos investimentos na década anterior e a revolução tecnológica que aconteceu nos países desenvolvidos. Várias cadeias industriais, então, não conseguiram acompanhar as normas e os padrões internacionais de produção. Os segmentos que conseguiram manter a competitividade se sustentaram devido a processos de terceirização, eliminação e até precarização de muitos postos de trabalho.

TABELA 1: Brasil - Taxas médias anuais de crescimento do PIB e da PEA

(em %)

Período	Crescimento do PIB	Crescimento da PEA
1951 – 1960	7,7	1,1
1961 – 1970	6,2	4,5
1971 – 1980	8,6	3,9
1981 – 1990	1,6	3,1
1991 – 2000	2,5	3,2

Fonte: DEDECA apud CARVALHO, 2001, p. 128 e 129.

Em contrapartida, o setor terciário absorveu um maior número de trabalhadores. Entretanto, como esse setor engloba de serviços modernos de apoio à produção até atividades precárias e mal remuneradas do setor informal, é correto afirmar que, a absorção citada compreende a essas atividades precárias.

A expansão dos serviços não consegue compensar a destruição de empregos que vem acontecendo nos outros setores. Como consequência, pode ser observado o crescimento do desemprego, a precarização das relações de trabalho, a queda de rendimento dos que continuam ocupados e o aumento das desigualdades.

O desemprego afeta, principalmente, algumas classes como os jovens e os maiores de cinquenta anos, entretanto, os profissionais de nível superior também não estão livres deste problema.

Paralelamente ao crescimento do desemprego, vem ocorrendo uma transformação e uma deterioração expressiva das condições e da qualidade da ocupação, com o decréscimo do emprego formal, associado a garantias trabalhistas e a uma proteção social. Em contrapartida, amplia-se bastante o emprego precarizado e a proporção de trabalhadores por conta própria que, sem dispor das garantias e proteção assinaladas, passam a engrossar as fileiras do chamado mercado informal. (CARVALHO, 2001, p. 134)

A reestruturação produtiva está ligada não somente ao excedente de mão-de-obra e a redução de custos através da contenção de salários, mas também a determinadas políticas governamentais.

O governo federal vem atuando de forma continuada no sentido da desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, sob a justificativa de que isso seria necessário para a retomada do crescimento, o aumento do emprego e um fortalecimento do poder dos sindicatos. (CARVALHO, 2001, p.135)

2.4.1 Flexibilização das relações de trabalho

A flexibilização do mercado e das relações de trabalho surgiram na mesma onda neoliberal, e tem como objetivos: ajudar as economias a se adaptarem aos novos padrões de competição, exigir que o mercado de trabalho possua uma maior elasticidade devido aos choques externos e internos resultantes do novo padrão competitivo levado às economias, uma flexibilidade dos salários e dos empregos e uma maior capacidade de ajuste dos mercados via preços.

Segundo Jatobá e Andrade (1993) algumas pessoas acreditam que a flexibilização do mercado de trabalho vem atenuar as formas institucionais jurídicas que limitam o poder das empresas. Entretanto, de forma mais geral, se trata de uma adaptação às mudanças organizacionais que vem ocorrendo.

... a flexibilização do processo produtivo se contemplará também com a flexibilidade dos direitos adquiridos historicamente pelos trabalhadores, seja pela sua anulação ou pelo seu relaxamento, permitindo assim uma maior agilidade para os empregadores no momento do contrato ou da dispensa, além

de um menor gasto com os encargos trabalhistas. (GONÇALVES; JUNIOR, 2002, p. 10)

Existem quatro formas de flexibilização que valem a pena ser explicitadas.

A primeira se trata da flexibilidade nos salários. Corresponde a uma adaptação dos salários às flutuações e choques externos e a variação dos mesmos em função do desempenho de cada empresa. Vale citar que existem dois fatores que ajustam o custo dos salários, o primeiro é o próprio salário e o segundo são os encargos sociais.

A segunda é a flexibilidade do emprego que refere-se à adequação da massa de trabalhadores das empresas ao aumento da demanda por trabalho. Ela acentua a multiplicação do trabalho precário e sub-remunerado. Como exemplo dessa flexibilização podemos citar a terceirização.

A terceira trata-se da flexibilidade funcional, que significa a quebra da rigidez da organização do trabalho, ou seja, os trabalhadores passam a executar várias tarefas. Ela elimina cargos e postos de trabalho, entretanto são exigidas novas habilidades ao trabalhador.

A quarta forma é a técnico-organizacional. Neste caso as empresa dizem que existem outros custos muito mais expressivos do que o da mão-de-obra, como matéria-prima e encargos financeiros. Este método faz com que muitas empresas se ajustem sem recorrer à flexibilidade do emprego ou salário, elas ajustam, então, a sua forma de gestão e organização.

Os adeptos da desregulamentação do mercado e das relações de trabalho dizem que a flexibilização reduz o desemprego e ajuda o ajuste estrutural da economia e das empresas a um novo padrão competitivo. Já os críticos afirmam que a desregulamentação aumenta as desigualdades no mercado de trabalho em relação aos salários, à segurança no emprego e aos direitos sociais, gerando, então, uma estratificação nesse mercado.

2.4.2 Precarização do Trabalho

A reestruturação produtiva significa uma reconfiguração socioeconômica e territorial do capital que envolve toda a sociedade. Em se tratando da relação capital e trabalho, podemos perceber uma forte hegemonia do primeiro perante o segundo e existem várias formas de exploração e utilização da força de trabalho no âmbito da produção e reprodução capitalista. Essa hegemonia é que define as novas demandas do sistema e, nesse processo, a maior parte da sociedade encontra-se muito mais suscetível a sofrer os danos provocados por essas transformações.

Está parcela citada da sociedade, refere-se àqueles que ganham a vida vendendo a sua força de trabalho, já que essas mudanças recaem diretamente sobre as várias formas de controle e exploração da mão-de-obra.

Ao mesmo tempo em que assistimos um avanço crescente da utilização de novas técnicas e o emprego da ciência e o processo produtivo... observamos também, o crescimento do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho em vários países, sobretudo, aqueles, que como o Brasil, são marcados por uma industrialização intermediária. (GONÇALVES; JUNIOR, 2002, p. 8)

Trabalho precário quer dizer a não utilização das habilidades e a falta de formalidade do vínculo empregatício.

Na década de 1980 o Brasil já sinalizava indícios de precarização do emprego, mas que só foram confirmados, realmente, no início da década de 1990, com uma forte queda na expansão do emprego com proteção social e a multiplicação dos empregos sem carteira assinada. Esses dados serão analisados mais a frente na parte em que será exposto o jovem no mercado de trabalho.

Os direitos trabalhistas foram conquistados, em sua maior parte, na época em que as lutas do movimento operário eram favoráveis, e isso se deu no século XX. Entretanto desde os anos 80 essa situação vem mudando. Quando o neoliberalismo tornou-se hegemônico no mundo capitalista, a precarização do trabalho começou a afirmar-se como tendência.

O governo vem estimulando o crescimento das relações de produção que se contrapõem com as Leis Trabalhistas, promovendo a criação de contratos de trabalho com caráter de precariedade prejudicando, assim, os trabalhadores, o que gera a perda dos direitos dos mesmos. Esse barateamento do custo do trabalho para o capital é justificado com o discurso de geração de postos de trabalho em meio ao alto índice de desemprego. Então, foi surgindo um ambiente em que muitos trabalhadores queriam qualquer tipo de trabalho e essa situação favoreceu os empregadores a encontrar trabalhadores dispostos a conseguir trabalho abrindo mão dos seus direitos legais.

Num contexto caracterizado pela superoferta de mão-de-obra, por um baixo grau de organização dos trabalhadores, tem sido fácil romper a frágil proteção social do mercado de trabalho, generalizando-se, diretamente ou através de cascata de subcontratação, os vínculos empregatícios sem carteira assinada, temporários, por experiência, por empreita, etc. (BORGES; FILGUEIRAS, 1995, P.35)

Os contratos de trabalho atípicos e a flexibilização do direito social e trabalhista, que são resultantes de uma intensa pressão pela redução dos custos do trabalho, geram uma precarização das relações e condições de trabalho.

Para fugir das obrigações legais, parte crescente das empresas mergulhou na informalidade, multiplicando o número de assalariados 'não registrados'. Outra parte encontrou brechas na legislação para se eximir dos encargos trabalhistas. Assim, as leis em geral garantem os direitos sociais apenas a empregados permanentes, ou seja, com contratos de trabalho de duração indefinida. Não foi difícil achar formas de transformar empregados permanentes em temporários. (SINGER, 2004, p. 2)

Podemos observar, então, que as condições sociais e econômicas do Brasil exercem um péssimo efeito sobre o mercado de trabalho. Com essa precarização os trabalhadores ficam excluídos dos direitos trabalhistas como aposentadoria, seguro-desemprego e décimo terceiro salário. Ficando assim restrito somente aos trabalhadores com carteira assinada, que contribuem pagando os impostos e tributos.

Segundo Singer os direitos sociais estão sendo criticados com o discurso de que eles causam o desemprego, pois aumentam o custo do emprego e a demissão do empregado. O neoliberalismo propõe uma redução e flexibilização dos direitos sociais para que haja maior incentivo dos empregadores em oferecer empregos. Vindo, contudo, afirmar que o volume de emprego está em função única e exclusivamente do seu custo.

É preciso considerar finalmente que os direitos sociais são na verdade direitos humanos no sentido de que constituem fundamentos da civilização democrática que a humanidade vem construindo nos últimos séculos. Constituem alicerces essenciais desta civilização que as pessoas não proprietárias de capital... não tenham que trabalhar... por remuneração inferior ao mínimo necessário para a satisfação de suas necessidades vitais básicas e assim por diante. Limitar esses direitos aos que têm empregador, enquanto uma maioria cada vez maior não o tem, equivale a negar estes direitos à maioria e torna-los privilégios de poucos. (SINGER, 2004, p. 6)

2.5 ASSIMETRIA ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO

Vale explicitar, nesse momento, uma grande assimetria de poder que existe entre o capital e o trabalho. Mas, é válido afirmar que esse diferencial favorece a demanda em prejuízo da oferta de trabalho.

... a assimetria na relação entre ambos os lados evidencia-se na medida em que a produção pode ser perfeitamente mantida, apesar da diminuição a longo prazo do emprego do trabalho por unidade de produto, mas o nível de vida cai com a queda do nível de renda. Uma assimetria entre ambos os lados do mercado se baseia no fato de que os demandantes podem tornar-se mais facilmente independentes da oferta, dela abdicando, que no caso inverso. Os demandantes podem aumentar a eficiência da produção, mas os ofertantes não podem aumentar a eficiência da sua reprodução; os últimos têm apenas a opção de restringir seu nível de vida frente à redução da renda, logo que se esgotem as possibilidades de “estica-la.” (OFFE; HINRICH, 1989, p. 50 e 51)

Podemos falar da existência de um diferencial primário e secundário de poder. O primeiro trata-se de um desnível entre oferta e demanda de trabalho, já o segundo está relacionado a diferenças entre cada grupo da força de trabalho. Entretanto, será aqui discutida somente a primeira assimetria.

A força de trabalho é tratada, no mercado, como uma mercadoria, entretanto ela não pode ser considerada como tal da forma convencional, pois apresenta características divergentes além de existir uma grande diferença entre os contratos de trabalho e os outros contratos existentes no mercado.

No mercado de trabalho são estabelecidos contratos que se diferenciam dos de compra e venda porque não estabelecem a totalidade das relações que serão realizadas entre os contratantes. Já os contratos de compra e venda deixam claro, judicialmente, que uma determinada mercadoria de uma pessoa passa a pertencer a outra.

Os contratos de trabalho estão longe de permitir um tal grau de inequívocidade, que é regra no direito comercial e de propriedade. É bem verdade que os contratos de trabalho regulam relações sociais entre

compradores e vendedores: o comprador de trabalho se obriga a efetuar pagamentos ao vendedor em um determinado montante, enquanto perdurar o contrato de trabalho. No contato normal de trabalho, entretanto, a “contraprestação” correspondente ao pagamento do salário não é determinada, mas tão-só mais ou menos indiretamente circunscrita. (OFFE; HINRICH, 1989, p. 53 e 54).

Como o contrato de trabalho não pode ser determinado como os outros contratos existentes no mercado, devido a sua subjetividade, pois o desempenho realizado pelo funcionário não pode ser determinado juridicamente, o empregador se garante de certa liberdade quanto ao uso da mão-de-obra contratada.

Existe, portanto, um conflito de interesses entre o empregador e o empregado. Ou seja, o empregado quer defender sua autonomia e o empregador quer usar o máximo dessa força de trabalho comprada, já que o valor de uso dessa força não está determinado, e não pode ser regulado juridicamente.

Esse desnível estrutural provoca relações de poder e exploração. É imprescindível, então, a intervenção estatal. O Estado deve intervir com políticas de bem-estar que favoreçam o lado mais fraco. Ele deve promover regulações que impeçam que essa assimetria de poder alcance um ponto extremo e inaceitável. O estado precisa orientar os dois lados do mercado de trabalho, porque se a força de trabalho individual for deixada de lado ela será barrada pela competição. Fazem-se necessárias medidas políticas que eliminem ou, ao menos, minimizem esses desníveis nas relações do mercado de trabalho. Fazendo com que esse diferencial de poder fique mais nivelado.

Poderíamos esperar que a política estatal, enquanto instancia de dominação política democrática, externa ao mercado de trabalho, disponha de possibilidades para não só enfraquecer, mas até mesmo efetivamente compensar o desequilíbrio global de poder entre os lados da oferta e da demanda, assim como as daí resultantes vantagens e desvantagens secundárias em grupos tipificados da força de trabalho. Apenas assim produzir-se-ia no mercado de trabalho aquela condição de liberdade contratual material, considerada condição para o funcionamento dos demais mercados. (OFFE, HINRICH, 1989, p. 74 e 75).

3 O JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO

3.1 INTRODUÇÃO

O referencial utilizado e exposto até agora se refere ao embasamento teórico que nos ajudará a compreender melhor a situação atual do jovem no mercado de trabalho. Neste capítulo serão expostos alguns dados que nos mostram, de modo geral, a situação do segmento mais jovem nesse mercado.

3.2 A SITUAÇÃO DO SEGMENTO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO

Diante dessas transformações já citadas tanto no mercado de trabalho de países desenvolvidos quanto no Brasil, iremos observar agora grandes mudanças no padrão de inserção do jovem nesse mercado. Esse segmento vem passando por uma fase de transição entre a inatividade e uma atividade instável, precária e com baixos rendimentos. Eles estão mais expostos ao desemprego e ao emprego precário. O jovem da RMS vem sofrendo, também, com essa redução dos postos de trabalho, aumento das relações mais precárias e redução dos níveis de rendimentos.

...a elevação do desemprego – provocada por uma reestruturação produtiva associada à políticas macroeconômicas de cunho neoliberal – tem afetado a todos, mas especialmente, aos trabalhadores jovens. Esses trabalhadores, apesar de, em média, mais escolarizados do que os trabalhadores adultos, vêm encontrando sérias dificuldades de inserção no mercado de trabalho. (BORGES, 2000, p. 99).

**TABELA 2: Jovens desempregados e taxa de desemprego aberto na Bahia e RMS
1992 – 1999**

(tx em %)

Idade Sexo	Bahia				RMS			
	1992		1999		1992		1999	
	Desempregados	tx	Desempregados	tx	Desempregados	tx	Desempregados	tx
Pop. Total	418.085	7,5	584.675	9,1	132.016	11,8	281.309	19,2
18 e 19 anos	45.572	14,4	70.319	18,5	13.458	25,6	38.987	40,9
20 a 24 anos	92.433	11,9	135.239	14,8	37.120	20,1	67.093	27,1
18 a 24 anos	138.005	12,7	205.558	15,9	50.578	21,3	106.080	30,9
Homens								
18 e 19 anos	20.638	10,9	34.826	14,7	6.961	23,3	17.236	34,0
20 a 24 anos	42.322	8,9	62.030	11,1	19.720	18,2	30.155	23,4
18 a 24 anos	62.960	9,5	96.856	12,2	26.681	19,3	47.391	26,4
Mulheres								
18 e 19 anos	24.934	19,8	35.493	24,7	6.497	28,6	21.751	48,8
20 a 24 anos	50.111	16,7	73.209	20,6	17.400	22,7	36.938	31,1
18 a 24 anos	75.045	17,6	108.702	21,8	23.897	24,1	58.689	35,9

Fonte: IBGE / PNAD apud BORGES, 2000, P. 99

O desemprego dos jovens mais escolarizados nega-lhes a oportunidade de utilizar, no trabalho, os conhecimentos adquiridos na escola, expondo-os ao risco de, com o tempo, perderem as competências adquiridas e passarem a compor um numeroso segmento de trabalhadores pouco preparados para as novas exigências dos melhores postos de trabalho, ficando, portanto, fadados aos postos mais precários e a um trajetória marcada pelo trânsito frequente entre trabalho precário / desemprego / inatividade. (BORGES, 2000, p. 101)

Existe um aumento da idade de início da vida ativa, que é resultado tanto da taxa de desemprego citada acima, quanto da elevação do período dedicado à formação. Ou seja, há um aumento da escolaridade mínima que o mercado de trabalho exige devido a reestruturação produtiva discutida anteriormente. Então, como a escolaridade tornou-se cada vez mais importante para a inserção das pessoas ao mercado de trabalho, os jovens estão mantendo-se cada vez mais no sistema educacional com o objetivo de preparar-se melhor para a concorrência. Eles almejam diplomas mais elevados para conquistarem melhores chances no mercado de trabalho. No entanto, com o crescimento da precarização do trabalho, em que as ocupações não exigem alto nível de qualificação, esses jovens mais qualificados vêm ocupando cargos precários.

A tabela 3 nos mostra que o aumento da escolaridade do grupo jovem da RMS não garantiu o aumento do emprego desta classe. O incremento da escolaridade do 2° e 3° graus foi incapaz de reverter o aumento da queda da condição de ocupado. A queda mais acentuada, que corresponde aos jovens com menor escolaridade, se deve ao fato de que a elevação da concorrência por postos de trabalho tornou mais difícil a inserção ocupacional do jovem sem o 1° grau.

TABELA 3: Distribuição da PEA jovem da RMS por graus de escolaridade e situação de ocupado

Grau de Escolaridade	Distribuição da PEA Jovem			Situação de Ocupado		
	1987/88	1996/98	Variação	1987/88	1996/98	Variação
Analf. / sem escol. declarada	5,1	2,6	-49,0	81,3	71,5	-12,1
1° grau incompleto	58,9	51,3	-12,9	74,4	62,2	-16,4
1° grau completo e 2° grau incompleto	21,0	26,4	25,1	70,6	58,6	-17,0
2° grau completo e 3° grau incompleto	14,5	19,0	31,0	77,4	69,3	-10,5
3° grau completo	0,5	0,8	60,0	N.S.	79,2	-
Total	100,0	100,0	-	-	-	-

Fonte: PED-RMS UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos Cálculos apud MENDONÇA, 2000, p. 31

(N.S.): Estatisticamente não significativo

A utilização da mão-de-obra jovem nas ocupações assalariadas deve-se às mudanças qualitativas nas relações de trabalho desta classe, pois os empregos sem carteira assinada cresceram 39,1%, como pode ser visto na tabela abaixo, de 27,4% para 38,1%

dos assalariados. Isto é, a precarização mais intensa das relações de trabalho é a responsável pela manutenção da força de trabalho jovem assalariada.

TABELA 4: Posição na Ocupação do Jovem da RMS

Posição na Ocupação	(em %)	
	1987 / 88	1996 / 98
Assalariado	58,3	58,3
Com Carteira Assinada	72,6	61,9
Sem Carteira Assinada	27,4	38,1
Autônomo	20,8	18,5
Empregador e Dono de Negócio Familiar	N.S.	1,2
Domésticos	15,7	17,5
Trabalhador Familiar	3,5	3,7
Outros	N.S.	N.S.

Fonte: PED-RMS UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos Cálculos apud MENDONÇA, 2000, P. 30

(N.S.): Estatisticamente não significativo

Existe um tipo de desemprego que é o chamado disfarçado, pois existe nele uma ocupação precária (sem carteira assinada) e mal remunerada, e são esses segmentos de ocupados que crescem a partir dos anos 1990. Há, então, um decréscimo do número de pessoas empregadas formalmente (com carteira assinada) e um crescimento do número de pessoas ocupadas informalmente (sem carteira assinada).

...é evidente que existe um movimento estrutural, que atravessa as várias conjunturas, de precarização do emprego e das ocupações, com perda de importância, cada vez mais, do emprego assalariado formalizado. (BORGES; FILGUEIRAS, 1995, p.33)

A tabela abaixo nos mostra claramente a queda nos rendimentos sofrida pelos jovens da RMS. Pode ser observado que a queda mais acentuada foi a dos jovens com o segundo grau completo e terceiro grau incompleto, ou seja, a classe de jovens que corresponde ao objeto desse trabalho está inserida neste contexto.

**TABELA 5: Variação dos Rendimentos reais médios dos Jovens da RMS
1987 / 88 e 1996 / 98**

Em reais de Agosto de 1999

	1987 / 88 Média de Rendimento	1996 / 98 Média de Rendimento	Variação entre os períodos (%)
Posição na Ocupação			
Assalariado com Carteira	461,45	297,38	-35,5
Assalariado sem Carteira	201,65	176,86	-12,3
Autônomo	233,71	187,48	-19,8
Graus de Instrução			
Analf. / sem escol. Declarada	177,52	131,81	-25,8
1º grau incompleto	211,87	148,13	-30,9
1º grau completo e 2º grau incompleto	325,62	214,16	-34,2
2º grau completo e 3º grau incompleto	599,20	337,61	-43,7
3º grau completo	1.270,16	933,19	-30,4

Fonte: PED-RMS UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP apud MENDONÇA, 2000, P. 32

Diante dos fatos mencionados, fica evidenciado que as oportunidades de trabalho encontradas pelos jovens tendem a apresentar, muitas vezes, características de precariedade e insegurança, ficando assim, mais difícil, alcançar algo que lhes remetam a uma carreira.

Algumas empresas vêm preferindo utilizar a mão-de-obra jovem com o discurso de que eles têm maior capacidade de adaptação do que os trabalhadores adultos em meio ao processo de ajuste das empresas aos novos padrões de competitividade. Entretanto está claro que o real motivo dessa substituição dos trabalhadores mais velhos pelos mais novos é o fato de que os salários pagos aos jovens são bem menores do que os que eram pagos aos mais velhos, como também, os benefícios a eles assegurados são muito menores, proporcionando uma maior flexibilidade e uma expressiva redução de custos para a empresa. Sendo comum, então, os vínculos precários e o abuso aos estágios e outras formas de assalariamento.

...o aumento dos níveis de concorrência entre grandes empresas, alterando os padrões de regulação no plano internacional, precarizando as relações de trabalho através de terceirizações socialmente perversas, além das reduções dos gastos governamentais voltados às áreas sociais que vem permitindo uma ampliação da utilização da mão-de-obra juvenil, como forma de redução dos custos na atividade econômica. (MENEZES; FERNANDEZ, 2001, p. 84)

Sem a carteira assinada os jovens empregados não têm nenhum benefício que dela provem. Como exemplo podemos dizer que eles não têm direito ao 13º salário e nenhuma proteção em caso de desemprego. Sobretudo, a falta de contribuição para a previdência social provoca a perda do direito a uma aposentadoria.

Tendo em vista as novas regras da previdência social, que estabelece o tempo de contribuição como pré-requisito para a percepção da aposentadoria, caso o atual quadro de precariedade do mercado de trabalho seja mantido por mais alguns anos, os jovens de hoje, na melhor das hipóteses, só terão direito a uma aposentadoria numa idade bastante avançada. No entanto o risco maior e, infelizmente, não menos provável, é o de que grande parte deles venha a construir uma geração de velhos absolutamente desprotegidos, sem direito a aposentadoria, por não ter tido a oportunidade de contribuir pelo tempo necessário. (BORGES, 2000, p. 107)

Pode-se observar, então, que esse é um problema de grandes conseqüências futuras.

Uma outra grande dificuldade que o jovem vem enfrentando é o fato das empresas exigirem experiência anterior. Como diz Borges, 2000, o jovem “não trabalha porque não tem experiência e não tem experiência porque não trabalha. Essa é uma situação que tem como resultado a aceitação de condições precárias de trabalho”.

4 ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA ESTAGIÁRIA: A SITUAÇÃO DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA DA UFBA

4.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo irá expor a parte empírica do trabalho analisando os dados coletados, mas primeiramente será colocado o significado do estágio para depois introduzir o caso dos estudantes de Economia da UFBA.

4.2 O ESTÁGIO E O SEU SIGNIFICADO

As Instituições de Ensino, por melhores que sejam, não conseguem passar para o estudante a verdadeira realidade do mercado de trabalho, a dinâmica da vida empresarial e, sobretudo suas transformações tecnológicas. Daí deriva a necessidade do estágio, que se trata de uma complementação prática do estudo teórico. Deve existir, então, uma simetria entre a teoria adquirida na instituição de ensino e as atividades práticas realizadas na empresa. No entanto, para que esse paralelo aconteça, o estágio deve estar em harmonia com os conhecimentos adquiridos na escola.

Essas informações acima nos permitem dizer que o período do estágio corresponde a uma fase de estudos, porém trata-se de estudos para uma aprendizagem prática. Isso, então, trás muitos benefícios para a formação do estudante, pois além da capacitação teórico-prática, onde o estudante tem a oportunidade de verificar e aplicar as teorias aprendidas na escola, o estágio é o ponto de partida ao qual o jovem inicia a sua vida profissional. Essa união da teoria com a prática é capaz de formar um profissional mais competente.

O estágio fornece pontos importantes como o contato que o estudante terá com a realidade empresarial e a aplicação dos ensinamentos fornecidos ao longo do curso. È uma fase onde ele vai enfrentar problemas e desafios que o mercado de trabalho impõe. Devido ao seu contato com a prática, também, tem a capacidade de fazer com que o estudante possa definir a área que pretende seguir. Ele tem a capacidade de desenvolver no estudante habilidades que a instituição de ensino não oferece.

Um outro fator importante é a contribuição que o estágio oferece para a qualidade do ensino universitário, pois a partir dele a instituição de ensino tem a capacidade de

avaliar, juntamente com o estudante, qual o seu ponto fraco e analisar o que é necessário para melhorar, tanto em algumas disciplinas como no curso em si.

A escola não pode se isentar da obrigação que tem o estágio de iniciar o estudante no mercado de trabalho. Deve haver, então, um entrosamento da mesma com as instituições públicas e privadas, além das agências de integração. O estágio é uma preocupação do sistema de ensino com a formação dos indivíduos, pois ele é o fornecedor de competências que potencializam o estudante ao processo produtivo. Por isso esse sistema é que deve estabelecer as normas para a realização dos estágios dos seus alunos.

Estagiar é tarefa do aluno; supervisionar é incumbência da universidade, que está representada pelo professor. Acompanhar, fisicamente se possível, tornando essa atividade incomum, produtiva é tarefa do professor, que visualiza com o aluno situações de trabalho possíveis de orientação. (BIANCHI et al, 2003, p. 8).

Bianchi et al cita Roesch (1996) dizendo o que se pretende para o estágio:

- Aplicar na prática os conhecimentos teóricos aprendidos no curso.
- Avaliar a possibilidade de sugerir mudanças nas organizações.
- Enfrentar problemas reais nas organizações.
- Experimentar a resolução de problemas com uma responsabilidade limitada.
- Avaliar o mercado de trabalho.
- Aprofundar sua área de interesse.
- Testar sua habilidade de negociação. (ROESCH, apud BIANCHI et al, 2003, p. 13).

Consta no Boletim de Informações Objetivas – 40/93 (IOB), como diz Bianchi et al:

Item 9 – Estágio não é emprego. O estágio de estudantes não se confunde e não deve se confundir com emprego, quer de caráter temporário, quer de duração indeterminada. São figuras totalmente distintas. O estágio, desenvolvido ao longo do curso do estudante, em atividades correlacionadas à sua área de formação profissional, não é, portanto, emprego. Logo, não cria vínculo empregatício entre as partes e é regulamentado por legislação específica. (BIANCHI et al, 2003, p. 15).

É muito importante, então, que tanto os estudantes quanto as instituições de ensino e as empresas tenham conhecimento da Legislação referente ao estágio.

Na década de 60, durante o chamado milagre econômico, em pequena proporção e sem legislação específica, a indústria começava a contratar estagiários para suprir a demanda de mão-de-obra especializada. Em 1972 foi realizado o I Encontro Nacional de Professores de Didática na Universidade de Brasília. Na ocasião foi discutida a questão

da Legislação que tornava obrigatório o estágio de estudantes. Bianchi et al (2003, p. 10) fala que “acreditavam ser de grande importância colocar os educandos no mercado de trabalho para contato prévio com a profissão almejada.” Entretanto a Legislação que regula o estágio só surgiu em 1977.

Para um melhor entendimento, pode ser analisada no anexo a Lei N° 6.494, de 07 de dezembro de 1977, onde é regulada a utilização do estágio. Como também Decretos e Medida Provisória a ela relacionados.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

Terá início, agora, a etapa correspondente ao objeto da pesquisa propriamente dito. Parte-se da seguinte indagação: em que medida os estágios oferecem aos estagiários da Faculdade de Economia da UFBA uma atividade relacionada ao seu curso, com qualidade, em meio a precarização do trabalho? Neste sentido, para podermos avaliar melhor essa qualidade, será exposta a forma pela qual essa mão-de-obra estagiária está sendo utilizada. Procurar-se-á observar se a atividade do estágio está, realmente, sendo aplicada para capacitar futuros profissionais, portanto, integrando a formação acadêmica à experiência prática, pois como diz Bianchi et al (2003, p. 8) “o aluno se coloca muitas vezes à disposição na organização para realizar serviços que nada têm a ver com sua área de estudos.” Um outro fator a ser considerado diz respeito ao grande problema que a maior parte dos estagiários enfrenta relacionado à “oferta barata” de mão-de-obra, a qual decorre sobretudo da necessidade dos mesmos em obter emprego.

A tabela abaixo nos mostra que, entre os jovens ocupados, os estagiários, com um índice de 10%, representam o 2º grupo*. Isso se deve ao crescimento do número de empresas que nos últimos anos vem contratando jovens universitários, como estagiários, com jornada semanal de 36 a 48 horas, para exercer as mais diversas funções.

TABELA 6: Principais Ocupações dos jovens de Salvador

Média entre Jan/97 e Dez/99

Ocupações	Percentual
1. Domésticos	20,5
2. Estagiários	10,0
3. Vendedores	6,6
4. Servente de pedreiro e trabalhador braçal	6,3
5. Vendedor ambulante	5,0
6. Copieiro, garçom, atendente de bar e lanchonete	4,6
7. Balconista no comércio	4,4
8. Auxiliar de escritório	4,3
9. Caixa e auxiliar de contabilidade	3,6
10. Faxineiro, lixeiro e serviços gerais	3,5

Fonte: PED-RMS, SEI, SEADE-DIEESE, UFBA, SETRAS apud MENEZES e FERNANDEZ, 2001, p.94

*Aí estão incluídos os estagiários de nível médio e superior e grupo de aprendiz.

...os jovens com menor número de anos de estudo ocupam as posições de trabalho mais precário... enquanto que os que têm maior número de anos de estudo estão alocados em outras posições tais como auxiliares de escritório, estagiários e caixas. (Menezes; Fernandez, 2001, p. 94)

Mesmo representando uma mão-de-obra mais qualificada, o estagiário universitário está exposto a muitas formas de exploração.

...uma mão-de-obra mais qualificada, de maneira que se possa acompanhar os desafios que a realidade econômica atual vem impondo aos trabalhadores... capaz de acompanhar as mutações técnicas e organizacionais, que o mundo vem conhecendo nestas duas últimas décadas, além de permitir as condições iniciais em termos de capacidade de abstração, entendimento e operacionalidade. (Menezes; Fernandez, 2001, p. 113)

A análise feita anteriormente nos mostra que existe uma crescente flexibilização e precarização das relações de trabalho e que os empregos formais com carteira assinada estão sendo substituídos pelos trabalhos sem vínculo empregatício. No entanto, percebe-se atualmente a substituição do trabalhador com contrato formal pelo estagiário. Este pode vir a ocupar o papel de um funcionário qualificado que não possui vínculo empregatício, exercer funções diversas com pouca ou nenhuma relação ao curso, cumprir alta carga horária e receber bolsa auxílio menor do que os salários pagos aos funcionários formais. Esses fatores fazem com que o estágio venha perdendo qualidade, sendo transformado em trabalho precário. Por essa razão, o estudante não exerce a atividade correspondente ao seu curso e o objetivo genuíno do estágio não é alcançado, prejudicando a formação adequada do mesmo.

A análise foi efetuada com base em informações qualitativas. Para a obtenção dos dados foi realizado um levantamento com base em pesquisa empírica mediante a coleta de dados primários através de 1) entrevistas com estudantes estagiários da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA que praticaram esta atividade nos anos de 2004 e 2005, 2) visitas a empresa que possui estagiários em seu quadro de funcionários para verificar suas políticas com relação a utilização desses funcionários, 3) visitas ao CIEE, que é uma agência de integração, para coletar opiniões sobre a qualidade dos estágios e 4) entrevistas com a direção da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. Foram, também, utilizadas fontes secundárias como livros, artigos, jornais, revistas e internet para a formulação do conceito teórico no qual foi fundamentada essa monografia.

As questões investigadas foram as seguintes:

- A relação entre a atividade exercida pelo estagiário e o curso de economia;
- O valor da bolsa auxílio;
- A duração da jornada semanal de trabalho;
- A relação entre a atividade no estágio e o caráter de exploração;
- A relação entre as funções exercidas pelo estagiário e aquelas exercidas pelos funcionários regulares;
- A significância da função exercida pelo estagiário a sua condição de estudante de economia;
- A contribuição do estágio para a formação do estudante;
- O grau de aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos na faculdade ao estágio;
- As dificuldades de conciliação entre as atividades de estágio e as de estudos.

Houve algumas limitações para a realização do presente trabalho. Foram encontradas certas dificuldades em adquirir a quantidade desejada de dados na pesquisa com os estudantes, pois alguns não foram encontrados e outros não responderam à tentativa de contato. Entretanto a pesquisa foi efetuada e a amostra coletada podem nos dar uma boa noção da situação dos estagiários de Economia da UFBA entre os anos de 2004 e 2005. Foram realizadas 22 entrevistas num universo de cerca de 70 estudantes.

As tabelas a seguir, então, foram elaboradas pela autora e construídas a partir dos dados coletados com a pesquisa realizada com os estudantes.

**TABELA 7: Estudantes de economia estagiários (UFBA)
Distribuição por gênero: 2004-2005**

(em %)	
Pesquisa por Sexo	
Homens	50,00
Mulheres	50,00
Total	100,00

**TABELA 8: Estudantes de economia estagiários (UFBA)
Carga Horária (semanal): 2004-2005**

(em %)	
Até 20	50,00
21 – 25	18,18
26 – 30	9,10
31 – Mais	18,18
Acumulado (21 – Mais)	45,46
Sem carga horária fixa	4,55
Total	100,00

Os dados da tabela acima indicam que a grande maioria dos estudantes-estagiários cumpre uma carga horária de até 20 horas semanais, portanto, em consonância com o que é aconselhado legal e pedagogicamente.

**TABELA 9: Estudantes de economia estagiários (UFBA)
Carga Horária contratual e aplicada (semanal): 2004-2005**

(em %)	
Aplicada = Contrato	77,27
Aplicada > Contrato	18,18
Sem carga horária fixa	4,55
Acumulado (Carga Horária ≠ Contrato)	22,73
Total	100,00

A tabela acima nos mostra que existem casos onde a carga horária contida no contrato do estágio não é a mesma aplicada pelo estudante. A respeito desta questão, é necessário acrescentar que muitos estudantes alegaram que, em decorrência da necessidade de preservar o estágio, e, ainda, em função da universidade exigir uma determinada carga horária máxima que o estudante poderia trabalhar, substituíram a carga horária declarada no contrato, adequando-a ao exigido, mas cumpriam o horário que a empresa solicitava.

**TABELA 10: Estudantes de economia estagiários (UFBA)
Valor da Bolsa Auxilio (mensal): 2004-2005**

(em %)	
Valores em reais	
100 – 199	9,10
200 – 299	9,10
300 – 399	40,91
Acumulado (100 – 399)	59,11
400 – 499	4,55
500 – Mais	31,82
Acumulado (400 – Mais)	36,37
Sem bolsa fixa	4,55
Total	100,00

A tabela 10 mostra que a grande maioria dos estagiários (59,11%) recebe uma bolsa de até R\$ 399,00, o que é considerado pouco em meio às atividades e carga horária exercidas. E ainda, como há uma significativa porcentagem de estudantes (18,20%) que recebe menos que um salário mínimo, comprova-se que existe realmente exploração da mão-de-obra barata.

**TABELA 11: Estudantes de economia estagiários (UFBA)
Formas de inserção no estágio: 2004-2005**

(em %)	
Seleção	31,82
Indicação	68,18
Total	100,00

Sem dúvida, quando um trabalhador obtém um emprego sem se submeter a um processo de seleção, tudo se torna mais fácil. Entretanto, por outro lado, o fenômeno da “indicação” acaba sendo um mecanismo injusto de inserção a um posto de trabalho, pois exclui a possibilidade de que outros concorram ao mesmo e o obtenham com base em seus méritos. Este problema atinge também os estudantes que pretendem estagiar. As empresas, na maior parte das vezes, não fazem recrutamento aberto nas instituições de ensino. A maioria dos que estagiam obtém o posto por indicação. Para os estudantes de economia da UFBA a situação não é diferente. A tabela acima mostra expressivamente que cerca de 68% dos estudantes que estagiam conseguem fazê-lo mediante indicação.

**TABELA 12: Estudantes de economia estagiários (UFBA)
Exploração x não exploração: 2004-2005**

(em %)	
No decorrer do estágio sentia-se explorado?	
Sim	31,82
Não	68,18
Total	100,00

Os dados mostram que a maioria dos estudantes não se sentia explorada na atividade exercida. Entretanto, 31,82% afirmaram sentirem-se explorados durante a atividade de estágio, o que significa um índice elevado o suficiente para colocar em questão a boa qualidade dos estágios de modo geral. É possível, então, afirmar, que, realmente, o estudante se depara com grande probabilidade de pouco extrair em termos de aprendizado, desta forma, sujeitando-se a uma sobreutilização por parte da empresa. Esta constatação é corroborada pelos dados da tabela abaixo, que mostra a relação entre o trabalho do estagiário e o de um funcionário regular. Vê-se, pois, que 50% dos estudantes acreditavam que substituíam um funcionário contratado formalmente.

**TABELA 13: Estudantes de economia estagiários (UFBA)
Estágio x função regular: 2004-2005**

(em %)	
A função exercida é digna de um funcionário contratado?	
Sim	50,00
Não	50,00
total	100,00

**TABELA 14: Estudantes de economia estagiários (UFBA)
Aprendizado escolar x aplicação: 2004-2005**

(em %)	
Em algum momento os conhecimentos adquiridos na escola puderam ser utilizados no estágio?	
Sim	59,10
Não	40,90
Total	100,00

A tabela 14 aponta que 59,10% dos estudantes consultados acreditam que o aprendizado escolar pode ser de alguma forma utilizado no exercício da atividade de estágio. Embora possa ser considerado um resultado relevante, não deixa de ser preocupante o fato de que praticamente 41% dos entrevistados tenham declarado a impossibilidade de praticar os conhecimentos adquiridos na faculdade.

**TABELA 15: Estudantes de economia estagiários (UFBA)
Aprendizado prático x formação escolar: 2004-2005**

(em %)

Em algum momento os conhecimentos adquiridos no estágio puderam ser utilizados na escola?	
Sim	68,18
Não	31,82
Total	100,00

Por outro lado, o movimento oposto é mais expressivo. A utilização da prática de trabalho no contexto escolar foi, de alguma forma, possível para 68,18% dos estudantes-estagiários.

**TABELA 16: Estudantes de economia estagiários (UFBA)
Motivação para permanência no estágio: 2004-2005**

(em %)

Aprendizado/Experiência	59,09
Bolsa Auxílio	40,91
Total	100,00

Segundo os dados da tabela acima, pode ser afirmado que o objetivo maior do estágio é o aprendizado na sua área de estudos. Entretanto, não deixa de ser expressivo que 40,91% dos estudantes praticam o estágio em função da bolsa auxílio.

**TABELA 17: Estudantes de economia estagiários (UFBA)
Conciliação estudos e estágio: 2004-2005**

(em %)

O estágio atrapalhou nos estudos?	
Sim	63,64
Não	36,36
Total	100,00

Acredita-se ser consensual a tese de que o objetivo do estágio não é prejudicar o estudante nos seus estudos teóricos. Pelo contrario, o estágio somente deveria acrescentar informações e conhecimentos ao aprendizado teórico. Entretanto, fatores como carga horária alta e o fato da faculdade de economia da UFBA não disponibilizar o curso em apenas um turno, faz com que fique mais difícil para o estudante aliar essas duas atividades sem se prejudicar.

**TABELA 18: Estudantes de economia estagiários (UFBA)
A importância da função estagiária: 2004-2005**

(em %)	
A função exercida é insignificante para um estudante de economia?	
Sim	31,82
Não	68,18
Total	100,00

Outro exemplo de grande importância é o fato do estudante ser utilizado para atividades diversas e insignificantes, que nada tem a ver com o curso. São os chamados boys de luxo. Que não tem função específica e fazem um pouco de tudo dentro da empresa. Uma maioria expressiva dos estudantes-estagiários de economia rejeita o entendimento de que exercem uma função insignificante. Mas, ainda persiste um contingente significativo dos que acreditam que suas funções são insignificantes.

**TABELA 19: Estudantes de economia estagiários (UFBA)
Relação entre o estágio e o conteúdo do curso: 2004-2005**

(em%)	
A atividade exercida tinha relação com o curso de economia?	
Sim	54,55
Não	45,45
Total	100,00

Esse quadro nos mostra que uma das principais características do estágio está sendo ignorada, qual seja, aquela que trata da relação entre a atividade exercida e o curso de economia. Pode ser afirmado que 45,45% representa um número muito elevado de estudantes que praticam o estágio para um fim qualquer que não seja a complementação prática do estudo teórico.

**TABELA 20: Estudantes de economia estagiários (UFBA)
Relação entre estágio e formação: 2004-2005**

(em %)	
O estágio contribuiu na sua formação?	
Sim	63,64
Não	36,36
Total	100,00

Por fim, mesmo com uma significativa parcela dos estudantes praticando o estágio sem ter relação com o curso de economia, a maioria (63,64%) considera que o estágio contribuiu para a sua formação devido a fatores como: obtenção de senso de responsabilidade, o aprendizado de questões que a faculdade não ensina, a vivência da prática do mercado de trabalho e o conhecimento da realidade empresarial. Mesmo

assim 36,36% representa um índice muito elevado de estudantes praticando uma atividade que não contribui para a sua formação.

Em entrevista realizada com a senhora Maria Aparecida Adam Cruz, gerente que representou o CIEE junto a mim, foram discutidas algumas questões importantes sobre o estágio. Para ela, essa atividade é imprescindível para a vida do estudante (de um futuro profissional), pois é o primeiro contato do mesmo com o ambiente empresarial.

Como pode ser visto no anexo, a Legislação que rege esta atividade é de 1977 e ela deixa brechas para que as empresas, de certa forma, utilize essa mão-de-obra da “forma que queiram”, pois não estabelece vários itens que deveriam, por ela, ser regulados, como a carga horária máxima permitida para um estágio. Uma carga horária de 40 horas semanais, segundo Maria Aparecida, já é elevada para um trabalhador formal quanto mais para um estudante, que precisa dividir seu tempo entre atividade prática e teórica.

Maria Aparecida acredita que, no geral, os estágios, atualmente, não têm baixa qualidade, devido a responsabilidade social e o papel de apoiadora do desenvolvimento da cidadania que as empresas têm. E buscando avaliar essa qualidade, o CIEE se utiliza de questionários quadrimestrais com os seus estagiários. Existe um padrão de qualidade e caso esse padrão não seja atingido, eles procuram verificar o que está acontecendo de errado na atividade praticada pelo estudante, junto à empresa.

Um outro fator é que o CIEE sugere que os estágios tenham duração de no máximo dois anos, pois é um tempo mais que necessário para cumprir o seu papel e para que não haja abuso na sua utilização. Isso não é lei, mas as empresas procuram seguir.

Já em visita feita a uma empresa que contem estagiários no seu quadro de funcionários, pude constatar, junto ao gerente, que o diretor realmente contrata estagiários para reduzir os custos com a mão-de-obra, pelo fato de não pagar impostos ao governo com esses funcionários.

A função a ser exercida possui a mesma responsabilidade e carga horária de um funcionário contratado, ou seja, 40 horas semanais. Entretanto, enquanto os

funcionários formais ganham R\$ 530,00 os estagiários recebem R\$ 350,00 de bolsa auxílio.

O gerente me esclareceu também que existe um fator negativo para a empresa, pois o fato dos estagiários não terem vínculo empregatício e ganharem pouco, fazem com que a qualquer momento eles possam encontrar uma outra oportunidade que lhes ofereça melhores benefícios deixando a empresa e um cargo de responsabilidade.

E, completando as opiniões necessárias para a conclusão deste trabalho, a conversa com o diretor da faculdade de economia da UFBA, o professor Wilson Menezes, mostrou que ele considera mínima a contribuição que os estágios, atualmente, dão para a formação do estudante, pois ele acredita que existe, por parte de muitas empresas, uma exploração da mão-de-obra barata que é o estágio. Ele expõe que a única coisa que a faculdade pode fazer ela já o faz, ou seja, controlar a carga horária dos estágios, permitindo-os ou não, através dos contratos. Diz que a carga horária ideal é de 20 horas semanais, entretanto ele aceita 25 horas como o máximo permitido para não atrapalhar os estudos dos alunos, e não tendo como controlar a qualidade das atividades praticadas pelos estudantes, cabendo somente ao Ministério da Educação uma regulação adequada dessas atividades.

5 CONCLUSÃO

Em virtude de todos os elementos mencionados nesta monografia, podemos dizer que para melhorar as condições do trabalho jovem no Brasil, faz-se necessária a implementação de políticas tanto econômicas quanto sociais que levem em consideração as transformações que vem ocorrendo no mercado de trabalho. Políticas que promovam aos jovens a utilização de melhores condições de trabalho, para que possam acompanhar e enfrentar as mudanças que exigem mais habilidade e qualificação.

É necessário que se estabeleça uma nova Legislação do Estágio, ou pelo menos que atualize a antiga de forma que não permita ao jovem a utilização de alta carga horária de trabalho, de maneira que não prejudique seus estudos. O estágio é imprescindível tanto para a empresa quanto para o estudante e a instituição de ensino, desde que ele seja aplicado da forma adequada. A Legislação deve oferecer, também, a esse segmento, certos benefícios que se restringem somente ao trabalhador formal, já que muitos vêm substituindo esses trabalhadores.

Pude constatar, através dos questionários aplicados, que realmente, essas atividades são, em grande parte, de má qualidade onde o seu objetivo principal não está sendo alcançado. Um número significativo de estágios não está aliando à teoria a prática e nem colaborando na formação profissional dos estudantes. Esse é um fato que a Faculdade de Economia deve levar em consideração para buscar melhorar a prática desta atividade.

Há uma enorme insatisfação dos estudantes no que tange os estágios. Muitos reclamaram que a participação da Faculdade, no que concerne esta atividade, é muito secundária. Na minha concepção há deficiências que podem ser corrigidas e a instituição de ensino poderia fazer muito mais para melhorar as condições dos estágios dos seus alunos. A Faculdade de Economia já dá um passo grande com relação à avaliação da carga horária dos estágios, mas, não há um acompanhamento adequado junto ao estudante no decorrer do estágio, como também, não existe uma ajuda aos alunos, por parte da instituição, na busca por essa atividade. Isso se deve, talvez, ao fato da Faculdade de Economia da UFBA não exigir obrigatoriedade do estágio para seus alunos.

Seria imprescindível para a melhora da qualidade dessa atividade, tanto para a Faculdade de Economia como para toda a UFBA, a criação de um núcleo de estágio, ou seja, um setor responsável pela coordenação de um programa, que tenha por objetivo a criação de campos de estágio para os seus estudantes, através de convênios com órgãos públicos e privados. O núcleo deve acordar, também, as relações entre as bolsas, mas, principalmente, o esforço do trabalho e a sua qualidade, estabelecendo limites.

Um programa assim avalia a atividade de estágio, criando condições para que os alunos possam ingressar nesta atividade, proporcionando aos mesmos uma oportunidade de conseguirem sua capacitação profissional. Pois, um estágio com qualidade permite ao jovem uma melhor formação, facilitando assim o acesso a um bom emprego, pois é a partir do momento em que ele se insere no mercado de trabalho que ele tem condições de adquirir uma melhor capacitação profissional.

Muitas empresas desconhecem as normas que regem o estágio e cabe a instituição de ensino oferecer subsídio para que essas empresas, que recebem os estagiários, pratiquem as atividades dignamente. Por isso é necessário que todos conheçam a Legislação e que os professores, diretores e agências de integração ofereçam palestras para esclarecer aos alunos qual a finalidade do estágio e incentivá-los à sua própria valorização, não aceitando estágios de má qualidade.

Entretanto, para que haja uma melhora significativa na qualidade dessas atividades de estágio, deve existir um ato conjunto entre as universidades, estudantes, agências de integração e, principalmente, do governo, pois se somente uma faculdade impor limites às empresas na hora de contratar um estagiário, elas irão recorrer a estudantes de outras universidades. O estudante, também deve avaliar a qualidade da atividade que está realizando e saber findá-la quando achar que não está lhe agregando mais valores. Não se prender somente a bolsa, se não for tão necessária.

Esse trabalho pode ser o início de outros mais completos com relação à análise da qualidade dos estágios, não só da faculdade de economia, como também de outras faculdades da UFBA. Outros fatores podem ser avaliados tais como: quais os setores que mais dão oportunidades aos estudantes? Quais empresas, públicas ou privadas, praticam o estágio com maior qualidade?

É um assunto muito importante que tanto a direção quanto os departamentos e o colegiado devem analisar para buscar alternativas que colaborem com a melhoria da qualidade dos estágios praticados pelos seus alunos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, PERRY. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3º ed., 1995, p. 9 – 23.

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes. ALVARENGA, Marina. BIANCHI, Roberto. **Manual de Orientação**: Estágio Supervisionado. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 3º ed., Cap. 1, 2003, p. 5-16.

BORGES, Ângela; FILGUEIRAS, Luíz. Mercado de trabalho nos anos 90: O caso da RMS. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 5, n. 3, p. 88-91, 1999.

BORGES, Ângela. A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 10, n. 3, p. 92-109, 2000.

BRAGA, Thaiz Silveira; FERNANDES, Cláudia Monteiro. Informalidade e ocupação não-registrada na RMS. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 8, n. 4, p. 27-35, 1999.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. Brasil: reestruturação produtiva e condições sociais. **Caderno CRH**, Salvador, n. 36, p. 123 – 149, 2001.

CRUZ, Maria Aparecida Adam. **Análise do Estágio**. Salvador, CIEE, 14 dez. 2005. Entrevista a Jeane Almeida Costa Pinto.

DEDECA, Cláudio Salvadori; MONTAGNER, Paula. Flexibilidade produtiva e as relações de trabalho: Considerações sobre o caso brasileiro. **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v.12, n. 1.

DRUCK, Graça. Reestruturação produtiva e transformações no mercado de trabalho na Bahia e no Brasil. **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v. 16, n. 1, p. 66-85, 1999.

DRUCK, Graça. Flexibilização e Precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 11-22, 2002.

DRUCK, Graça. Globalização, Reestruturação Produtiva e Movimento Sindical. **Caderno CRH**, Salvador, n. 24/25, p. 21-40, 1996.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do plano Real**. São Paulo: Boitempo Editorial, cap. 1, 2000.

FOGAÇA, Azuete. A educação na nova ordem sócio econômica. **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v. 16, n. 1, p. 4-15, 1999.

FRANCO, Tânia M. A., et. al. Mudanças de Gestão, Precarização do Trabalho e Riscos Industriais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, p. 68-89, 1994.

GABRIELLI, José Sergio. Mudanças no padrão de ocupação da RMS. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 8, n. 4, p. 9-26, 1999.

GONÇALVES, Marcelino Andrade; JUNIOR, Antonio Thomaz. Informalidade e Precarização do Trabalho: Uma contribuição a geografia do trabalho. Scripta Nova. **Revista Eletrônica de Geografia Y Ciências Sociais**. São Paulo: v. 6, p. 8-15, 2002.

JATOBÁ, Jorge; ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes. **A desregulamentação do mercado e das relações de trabalho no Brasil**: Potencial e limitações. 1993.

JESUS, Selma Cristina S. de. Terceirização e o sindiquímica: um estudo de caso. **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v. 16, n. 1, 1999.

LEGISLAÇÃO DO ESTÁGIO. Disponível em: <http://www.institucional.ciee.org.br/home/lei.asp?1134474482000>. Acesso em: 01 Dezembro 2005.

LOPES, Vitor. A flexibilização das relações de trabalho. **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v. 16, n. 1, 1999.

LUCIDI, Marco Antonio; CORRÊA, Arlindo Lopes. **Os efeitos da globalização sobre o emprego e renda**, 2005. Disponível em: http://www.observatorio.setrab.rj.gov.br/I_CENTRAL/artigos/globalizacao3.htm. Acesso em 12 dezembro 2005.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à Razão Informal. A Imaterialidade do Salariado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1 ed., 2001.

MENEZES, Wilson F.; FERNANDEZ, José Carrera. A estrutura do mercado de trabalho e da inatividade juvenil da cidade de salvador: Algumas sugestões de política. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 12, n. 20, p. 83 – 118, 2001.

MENEZES, Wilson F. **Análise do Estágio**. Salvador, FCE, 16 dez. 2005. Entrevista a Jeane Almeida Costa Pinto.

MENDONÇA, Leticia Koeppel. O jovem no mercado de trabalho da RMS. **Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n. 68, p. 28-34, 2000.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **Globalização da economia, exclusão social e instabilidade**. Disponível em: http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/globalizacao_economia.html. Acesso em 29 novembro 2005.

NÚCLEO DE ESTÁGIO. Disponível em: <http://www.unig.br/nest/onest.htm>. Acesso em 29 novembro 2005.

OFFE, Claus; HINRICH, Karl. Economia Social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: OFFE, C. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 43 – 81.

POCHMANN, Marcio. **O Emprego na Globalização**. Bontempo Editorial. 1 ed. Março 2001.

RÚDIO, Franz V. **Introdução ao Processo de Pesquisa Científica**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como Fazer uma Monografia: Elementos de Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SOBRINHO, Edson A. S. Mudanças no mercado de trabalho na RMS. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 10, n. 3, p. 115-121, 2000.

SIMÕES, Joaquim. Curso de Gestão. **Ajustamento a Realidade Econômica Regional: O Papel dos Estágios**. Disponível em: http://www.ipv.pt/millennium/ect_quim.htm. Acesso em 01 set. 2004.

SINGER, Paul. **Em defesa dos direitos dos trabalhadores**. Disponível em: http://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria/textosdiscussao/conteudo/defesadireito_trabalhadores.pdf Acesso em: 30 novembro 2005.

X. **Análise do Estágio**. Salvador, 10 nov. 2005. Entrevista a Jeane Almeida Costa Pinto.

APÊNDICE – Questionário**Questionário – Estagiários de 2004 e 2005 de Economia da UFBA**
Responda e Justifique

- 1 – Sexo:
- 2 - Idade:
- 3 - Fez o 2º grau em escola pública ou privada? (Responda onde passou a maior parte do tempo)
- 4 - Ano de ingresso na faculdade:
- 5 - Já se formou? (Se já, responda em que ano)
- 6 - Enquanto estudante de Economia da UFBA, estagiou quantas vezes?
- 7 – Qual o período do estágio? (Coloque a data, de quando até quando)
- 8 - Empresa onde Estagia (estagiou):
- 9 - Ramo da Empresa:
- 10 - Carga Horária:
 - a) Contida no contrato:
 - b) Aplicada:
- 11 - Bolsa Auxílio:
- 12 - Há (havia) algum benefício? (Ex: vale transporte, vale refeição, especifique o quê e o valor)
- 13 - Função Exercida:
- 14 - Como se deu a inserção na empresa? Houve seleção ou foi indicação?
- 15 - No decorrer do estágio sentia-se explorado?
- 16 - Acha que a função exercida é (era) digna de um funcionário contratado?
- 17 - Acha que a função exercida é (era) insignificante para um estudante de Economia?
- 18 - O estágio contribuiu na sua formação?
- 19 - O estágio identificou novas oportunidades de trabalho?
- 20 - Foi contratado(a)?
- 21 - O que acha (achou) do estágio? Há (houve) relação com o curso de Economia? Considera a função exercida adequada para o curso?
- 22 - Em algum momento os conhecimentos adquiridos na faculdade puderam ser utilizados no estágio?
- 23 - Em algum momento os conhecimentos adquiridos no estágio puderam ser utilizados na faculdade? (Em alguma disciplina, algum trabalho, discussão em sala, etc.)
- 24 - Porque se manteve neste estágio, pelo aprendizado / pela experiência necessária para futuros trabalhos ou pela bolsa auxílio? (Escolha o que mais se aproxima)
- 25 - O estágio atrapalhou nos estudos?
- 26 - Como vê o papel da Escola de Economia neste processo? Como avalia? Têm sugestões para aperfeiçoar - lo?
- 27 - Que sugestões daria para aperfeiçoar a prática do estágio?
- 28 - Já estagiou outras vezes enquanto estudante de Economia da UFBA:
- 29 - Se a resposta for sim e a partir de 2004 esteve estagiando nesta outra empresa, responda este questionário para o outro estágio.

ANEXO – Legislação do Estágio**LEI 6494/77****Lei N° 6.494, de 07 de dezembro de 1977**

Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior, de ensino profissionalizante do 2° grau e supletivo e dá outras providências.

ARTIGO 1° - As pessoas jurídicas de Direito Privado, os Órgãos de Administração pública e as Instituições de Ensino podem aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados e que venham freqüentando, efetivamente, cursos vinculados à estrutura do ensino público e particular, nos níveis superior, profissionalizantes de 2° grau e supletivo.

PARÁGRAFO 1° - O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação, devendo o estudante, para esse fim, estar em condições de estagiar, segundo disposto na regulação desta Lei.

PARÁGRAFO 2° - Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de constituírem em instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

ARTIGO 2° - O estágio, independentemente do aspecto profissionalizante, direto e específico, poderá assumir a forma de atividade de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse social.

ARTIGO 3° - A realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente, com interveniência obrigatória da instituição de ensino.

PARÁGRAFO 1º - Os estágios curriculares serão desenvolvidos de acordo com o disposto no parágrafo 2º do Artigo 1º desta Lei.

PARÁGRAFO 2º - Os estágios realizados sob a forma de ação comunitária estão isentos de celebração de termo de compromisso.

ARTIGO 4º - O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário poderá receber bolsa, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, ressalvando o que dispuser a legislação previdenciária, devendo o estudante, em qualquer hipótese, estar assegurado contra acidentes pessoais.

ARTIGO 5º - A jornada de atividade em estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá compatibilizar-se com o seu horário escolar e com o horário da parte em que venha a ocorrer o estágio.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nos períodos de férias escolares, a jornada de estágio será estabelecida de comum acordo entre o estagiário e a parte concedente do estágio, sempre com a interveniência da instituição de ensino.

ARTIGO 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

ARTIGO 7º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

ARTIGO 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 07 de dezembro de 1977

Ernesto Geisel

Ney Braga

(DOU – sexta-feira 9.12.77)

DECRETO 87497/82

Regulamenta a Lei N° 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2° grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, decreta:

ARTIGO 1° - O estágio curricular de estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos vinculados ao ensino oficial e particular, em nível superior e de 2° grau regular e supletivo obedecerá às presentes normas.

ARTIGO 2° - Considera-se estágio curricular, para os efeitos deste Decreto, as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino.

ARTIGO 3° - O estágio curricular, como procedimento didático pedagógico, é atividade de competência da instituição de ensino a quem cabe a decisão sobre a matéria, e deles participam pessoas jurídicas de direito público e privado, oferecendo oportunidade e campos de estágio, outras formas de ajuda, e colaborando no processo educativo.

ARTIGO 4° - As instituições de ensino regularão a matéria contida neste decreto e disporão sobre:

- a) inserção do estágio curricular na programação didático-pedagógico;
- b) carga horária, duração e jornada de estágio curricular, que não poderão ser inferior a um semestre letivo;
- c) condições imprescindíveis, para caracterização e definição dos campos de estágios curriculares, referidos nos parágrafos 1° e 2° do Artigo 1° da Lei N° 6.494, de 07 de dezembro de 1977;

- d) sistemática de organização, orientação, supervisão e avaliação de estágio curricular.

ARTIGO 5º - Para caracterização e definição do estágio curricular é necessária, entre a instituição de ensino e pessoas jurídicas de direito público e privado, a existência de instrumento jurídico, periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas todas as condições de realização daquele estágio, inclusive transferência de recursos à instituição de ensino quando for o caso.

ARTIGO 6º - A realização do estágio curricular, por parte dos estudantes, não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza.

PARÁGRAFO 1º - O Termo de Compromisso será celebrado entre o estudante e a parte concedente da oportunidade de estágio curricular, com a interveniência da Instituição de Ensino, e constituirá comprovante exigível pela autoridade competente, da inexistência de vínculo empregatício.

PARÁGRAFO 2º - O Termo de Compromisso de que trat o parágrafo anterior deverá mencionar necessariamente o instrumento jurídico a que se vincula, nos termos do Artigo 5º.

PARÁGRAFO 3º - Quando o estágio curricular não se verificar em qualquer entidade pública e privada, inclusive como prevê o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei 6.494/77, não ocorrerá a celebração do Termo de Compromisso.

ARTIGO 7º - A Instituição de Ensino poderá recorrer aos serviços de agentes de integração públicos e privados, entre o sistema de ensino e os setores de produção, serviços, comunidade e governo, mediante condições acordadas em instrumento jurídico adequado.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os agentes de integração mencionados neste artigo atuarão com a finalidade de:

- a) identificar para a instituição de ensino as oportunidades de ensino curriculares junto à pessoas jurídicas de direito público e privado;
- b) facilitar o ajuste das condições de estágios curriculares, a constarem do instrumento jurídico mencionado no Artigo 5º;
- c) prestar serviços administrativos de cadastramento de estudantes, campos e oportunidades de estágios curriculares, bem como a execução do pagamento de bolsas, e outros solicitados pela instituição de ensino;
- d) co-participar, com a instituição de ensino, no esforço de captação de recursos para viabilizar estágios curriculares;

ARTIGO 8º - A instituição de ensino, diretamente ou através de atuação conjunta com agentes de integração providenciará seguro de acidentes pessoais em favor de estudantes.

ARTIGO 9º - O disposto neste Decreto não se aplica ao menor aprendiz, sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerça seu trabalho e vinculado à empresa por contrato de aprendizagem nos termos da legislação trabalhista.

ARTIGO 10º - Em nenhuma hipótese poderá ser cobrada ao estudante qualquer taxa adicional referente às providências administrativas para a obtenção e realização do estágio curricular.

ARTIGO 11º - As disposições deste Decreto aplicam-se aos estudantes estrangeiros, regularmente matriculados em instituições de ensino oficial ou reconhecidas.

ARTIGO 12º - No prazo máximo de 04 (quatro) semestres letivos a contar do primeiro semestre posterior à data da publicação deste Decreto, deverão estar ajustadas às presentes normas todas as situações hoje correntes, com base em legislação anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO – Dentro do prazo mencionado neste artigo o Ministério da Educação e Cultura promoverá a articulação de instituições de ensino, agentes de integração e outros ministérios, com vista à implementação das disposições previstas neste Decreto.

ARTIGO 13° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto N° 66.546, de 11 de maio de 1970 e o Decreto N° 75.778, de 26 de maio de 1975, bem como as disposições gerais e especiais que regulem contrário ou de forma diversa a matéria.

Brasília, em 18 de agosto de 1982

161° da Independência e 94° da República

João Figueiredo

Rubem Ludwig

DECRETO 914/93

Decreto N° 914, de 06 de setembro de 1993

Cabe apenas, a este trabalho, falar que esse Decreto institui a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência e dá outras providências.

LEI 8859/94

LEI N° 8.859, de 23 de março de 1994

Cabe apenas, a este trabalho, falar que essa Lei modifica dispositivos da Lei N° 6.494/77, estendendo aos alunos de ensino especial o direito a participação em atividades de estágio.

MEDIDA PROVISÓRIA 1779-11

Medida Provisória

N° 1.779-11, de 02 de junho de 1999

D>O> 105 de 4-6-1999

Art. 4° O § 1° do art. 1° da Lei N° 6.494/77, de 7 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ § 1º Os alunos a que se refere o caput deste artigo devem, comprovadamente, estar freqüentando cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação especial.”